

décimo terceiro salário; (b) não podem ser concedidas ao servidor cedido, requisitado ou que esteja à disposição de outro órgão da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; (c) não integram a base de cálculo para incidência de contribuição previdenciária; (d) não são consideradas rendimento tributável; (e) não serão objeto de descontos não previstos em lei; e, por fim, (f) são inacumuláveis com outros de igual espécie ou semelhante finalidade.

8. Nos moldes propostos, as gratificações, os adicionais e as verbas de natureza indenizatória são reajustáveis por lei específica, de iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado.

9. O projeto contempla, ainda, as situações transitórias, prevendo, entre outras medidas: (a) o enquadramento dos atuais servidores na nova carreira; (b) a inclusão no cômputo do Vencimento Básico e conseqüente extinção da Estabilidade Financeira na Gratificação de Incentivo convertida em Parcela Autônoma pela Lei Complementar nº 13, de 30 de janeiro de 1995, devida a alguns servidores do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco em substituição à Gratificação de Incentivo à Produtividade, dada a identidade de natureza ou finalidade; (c) o enquadramento dos servidores integrantes da carreira de Técnico Judiciário, ocupantes do cargo de provimento efetivo de mesma denominação, símbolo PJ-II, no símbolo TPJ; (d) a manutenção dos adicionais de atividades especiais introduzidos pela Lei nº 12.643, de 22 de julho de 2004; e (e) a criação da Parcela Autônoma de Irredutibilidade Salarial, destinada a compensar o eventual decesso remuneratório decorrente das disposições propostas, até a total absorção do valor respectivo pelos reajustes subseqüentes do valor da Gratificação de Atividade Judiciária ou do Vencimento Básico.

10. Por fim, consoante determinação emanada do Conselho Nacional de Justiça, consubstanciada na Resolução nº 88, de 8 de setembro de 2009, o projeto estabelece a jornada de trabalho de oito horas diárias e quarenta horas semanais para os servidores, podendo o Tribunal de Justiça fixá-la em sete horas diárias ininterruptas.

11. Por todas essas razões, esta Presidência confia e espera o acolhimento e apoio desta egrégia Corte de Justiça à presente iniciativa.

Recife, 4 de abril de 2011.

Desembargador JOSÉ FERNANDES DE LEMOS
PRESIDENTE